



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO**

ATO N.º 377, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010

A DESEMBARGADORA FEDERAL DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** determinar a publicação no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54, 55 e 72, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma dos Anexos a seguir:

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – 2º QUADRIMESTRE DE 2010
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO /2009 A AGOSTO/2010**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	633.869	4.646	638.515
Pessoal Ativo	460.306	4.244	464.550
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-		
Sentenças Jud. c/ Precat. (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	1.795	-	1.795
Demais Despesas com Pessoal Ativo	458.511	4.244	462.755
Pessoal Inativo e Pensionistas	173.563	402	173.965
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais c/ Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	-	-	-
Demais desp. Com Pessoal Inativo e Pensionistas	173.563	402	173.965
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceiriz. (art.18, § 1º LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)	193.076	4.646	197.722
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	1.795	-	1.795
Despesas de Exercícios Anteriores	17.861	4.264	22.125
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	173.420	382	173.802
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL. (III) = (I - II)	440.793	-	440.793

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			479.816.372
% DA DESP. TOTAL C/ PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)*100	0,091867%	0,000000%	0,091867%

LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,207065%			993.532
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,196712%			943.855

FONTE: SIAFI e SVCONT/D.G./TRT5

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo, sendo R\$ 257 Precatórios da Administração Direta - Ação 0005 e R\$ 1.537 Setenças de Pequeno Valor - Ação 0625.

3) O valor de R\$ 13.319 refere-se a Destaque recebido para pagamento de Precatórios da Administração Indireta - Ação 0005 que não compõe este demonstrativo, conforme Acórdão 346/2006 - TCU - Plenário e Manual página 15.

4) No item " Demais Despesa com Pessoal Ativo" estão acrescido os valores de R\$ 66.403, R\$ 4.244 e R\$ 1.201 relativos a Obrigação Patronais - Obrigações Intra- Orçamentária referentes as Despesas Liquidadas, Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados e Despesas de Exercícios Anteriores, respectivamente.

Assinaturas (dispositivo relacionado: Art. 54, III, § único da LRF):

ANA LÚCIA BEZERRA
Desembargadora Federal do Trabalho
Presidente do TRT da 5.^a Região

EDIVALDO LOPES SANTANA
Diretor-Geral

MARIA REGINA BRITO MARTINS
Diretor da S.O.F.

HUNALDO SOUZA DOS SANTOS
Diretor do Órgão de Controle Interno

Disponibilizado no DJ Eletrônico do TRT da 5ª Região em 28.09.2010, páginas 1-2, com publicação prevista para o 1º dia útil subsequente, nos termos da Lei 11.419/2006 e RA TRT5 33/2007.

Departamento de Divulgação Jurídica – TRT5